



REQUERIMENTO Nº 77 / 2020

Senhor Presidente,

O Vereador signatário deste requer, nos termos do inciso XXIV do art. 40 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre e do inciso VII do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria responsável pela respectiva pasta, as informações e documentos sobre pagamentos realizados aos servidores públicos municipais em duplicidade que se seguem:

- Cópias de todos os comprovantes de pagamentos em duplicidade realizados para os servidores públicos municipais;
- Cópias de todos os comprovantes de devolução dos pagamentos em duplicidade, realizados pelos servidores públicos municipais;
- Relação com nome, cargo e função de todos os servidores que receberam os seus pagamentos em duplicidade;
- Explicação sobre os motivos e causas que levaram ao fato da ocorrência destes pagamentos em duplicidade.

JUSTIFICATIVA

O respectivo requerimento tem a finalidade de esclarecer algumas dúvidas levantadas pelos servidores públicos municipais, sobre a realização de pagamentos em duplicidade, pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre e oferecer informações reais a munícipes e com este requerimento buscar solução para estes questionamentos. O vereador tem como dever fiscalizar as ações do Poder Executivo e o requerimento é uma forma documental de informar, com transparência, a população e esta Casa de Leis sobre como estão sendo aplicados os recursos financeiros do município. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, em seu artigo 69, inciso XXVII, é atribuição do prefeito “prestar à Câmara Municipal informações solicitadas, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da solicitação”. E ainda, “Das responsabilidades do Prefeito” em seu artigo 71, são infrações político-administrativo e sujeitam o Prefeito a julgamento e cassação do mandato pela Câmara, além de outras previstas nesta lei: IV – desatender, sem motivo justo, às convocações ou aos pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular. Também vale ressaltar a Lei Federal Nº 12.527/2011 que regula o acesso a informações públicas.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2020.

Campanha
VEREADOR

_____ PELO PLENÁRIO
POR _____ VOTOS.
SALA DAS SESSÕES, _____
_____ Rodrigo Modesto _____
Presidente